

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR
ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS/ILEGAIS, CONFORME
DENÚNCIA PUBLICADA NA REVISTA “VEJA”, EDIÇÃO 2022, Nº 33, DE
22 DE AGOSTO DE 2007.**

**REQUERIMENTO DE CPI Nº DE 2008
(Do Deputado Marcelo Itagiba)**

Requer ao Senhor Presidente a expedição de ofícios da Comissão Parlamentar de Inquérito – Escutas Telefônicas Clandestinas - dirigidos às autoridades que especifica para prestar as informações que indica.

Senhor Presidente;

Requeiro a V. Exa., nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579, de 1952, c/c inciso II do art. 36 do RICD, a expedição de ofícios aos Titulares dos Órgãos abaixo relacionados para que informem, no prazo de 15 dias, sobre quantas interceptações telefônicas foram deferidas pelos magistrados de primeiro e de segundo grau ou por membro de Tribunal Superior, a partir de janeiro de 2007 (53ª legislatura) com base no art. 3º, incisos I e II e §1º do art. 4º, da Lei nº 9.296, de 24.07.1996:

- a) Supremo Tribunal Federal;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Superior Tribunal Militar;
- d) Tribunais Regionais Federais; e
- e) Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Considerando como uma das metas dos trabalhos desta Comissão o mapeamento das escutas legais e clandestinas no Brasil, entendo ser imprescindível conhecer os números oficiais das escutas legais que foram deferidas pelo Poder Judiciário, o que se pretende conseguir com as informações prestadas pelas autoridades arroladas no requerimento, em razão de suas atribuições.

Sala da Comissão, em 19 de fevereiro de 2008.

DEPUTADO MARCELO ITAGIBA

PMDB/RJ